

7.2. EMPREITADA. CP.14.16.DACPGP – REALIBILITAÇÃO DO PARQUE DE EXPOSIÇÕES DE BRAGA:

Do **DEPARTAMENTO DE APOIO AOS SERVIÇOS MUNICIPAIS - DASM** submetendo para ratificação a decisão do Sr. Presidente da Câmara de 29 de março de 2018, de acordo com a proposta que faz parte integrante da minuta – Empreitada CP.14.16.DACPGP.

Atuado A 5 do
Centro Municipal, para
atrasar-se.

18/03/29

Empreitada: CP.14.16.DACPGP – Reabilitação do Parque de Exposições de Braga

Adjudicatário: ABB – Alexandre Barbosa Borges, SA

Data do contrato: 20-2-2017

Valor de adjudicação: 7 949 898.11€ (valor sem IVA)

Data da consignação: 19-6-2017

Prazo: 255 dias

Data de conclusão contratual: 1-3-2018

Proc. N.º 739/2017 (Tribunal de Contas)

Assunto: Prorrogação de prazo da empreitada

Atuado do L.
Presidente para autorização
tratando-se de uma
alteração objetiva ao contrato,
há de ter decisão da
orgão deisa do procedimento
que, no caso, é a Câmara
Municipal.
Albino Torres
2018/03/28

I. Enquadramento

A empresa adjudicatária apresentou o pedido de prorrogação de prazo, através de documento que deu entrada nos serviços municipais em 6-2-2018.

A empresa externa responsável pela fiscalização da empreitada (Cotefis – Gestão de Projetos, SA) elaborou a análise técnica desse pedido (ver documento em anexo), e remeteu o seu parecer ao dono de obra em 27-3-2018.

Nesse parecer, a fiscalização reconheceu existirem alguns factos relacionados com alterações ao projeto, e que não são imputáveis ao empreiteiro, que podem ter condicionado a execução de alguns trabalhos, e propõe a aceitação da prorrogação de prazo da empreitada por 30 dias de calendário.

Propõe ainda a aceitação de uma verba correspondente ao acréscimo de custos de estaleiro cujo valor apurado é de 4791.38€.

II. Proposta:

Tendo em conta o conteúdo da análise técnica realizado pela fiscalização, propõe-se:

- A aprovação do pedido de prorrogação de prazo por mais 30 dias de calendário, e data de conclusão em **31-3-2018**.
- A aprovação da verba de 4791.38€ correspondente ao acréscimo de custos de estaleiro.

1/2

- c) A notificação do adjudicatário para apresentar o plano de trabalhos ajustado ao novo prazo, bem como os correspondentes mapas de mão-de-obra, mapa de equipamentos e cronograma financeiro revistos.
- d) Que, para além de 31 março de 2018, seja considerado o acionamento da cláusula 14ª do CE (caderno de encargos) relativo à aplicação de multas por violação do prazo contratual, no valor diário correspondente a dois por mil do valor de adjudicação, ou seja 15899.8€/dia.

DASM, 28-3-2018



Manuel Dantas

Edição: 00	NOTA TÉCNICA PRORROGAÇÃO DE PRAZO	Folha: 1 / 6
Revisão: 01		Data: 27-03-2018
Refª:		Autor: EG/AA

EMPREITADA:	Empreitada de Reabilitação do Parque de Exposições de Braga
	Contrato n.º CP.14.16.DACPGP
	Adjudicatário: ALEXANDRE BARBOSA BORGES, S.A.
ASSUNTO:	Análise de Pedido de Prorrogação de Prazo
DOCUMENTO EM ANÁLISE:	Email s/ref. do dia 15 de janeiro
Emissor:	ALEXANDRE BARBOSA BORGES, S.A.
Ref.ª:	s/ref.
Data:	22/01/2018

1. INTRODUÇÃO

Refere-se a presente Nota Técnica à apreciação efetuada, por esta equipa de Fiscalização, ao pedido de prorrogação de prazo apresentado pela ABB com data de 22/01/2018 mas rececionado no dia 06/02/2018, no âmbito do contrato n.º CP.14.16.DACPGP (Empreitada de Reabilitação do Parque de Exposições de Braga).

2. CONTEÚDO DO PEDIDO

O Empreiteiro apresentou os seguintes elementos:

- Carta ref. GT0013 com data de 22/01/2018;
- Memorando;
- Custos de Estaleiro;
- Plano de Trabalhos

Edição: 00	NOTA TÉCNICA PRORROGAÇÃO DE PRAZO	Folha: 2 / 6
Revisão: 01		Data: 27-03-2018
Ref:		Autor: EG/AA

Base Documental da Empreitada

ELEMENTOS CONTRATUAIS DA EMPREITADA

Designação da Empreitada: REABILITAÇÃO DO PARQUE DE EXPOSIÇÕES DE BRAGA

Dono da Obra: Município de Braga

Fiscalização: COTEFIS

Entidade Executante: ABB - ALEXANDRE BARBOSA BORGES

Data do Contrato: 20.02.2017

Data da Consignação: 19.06.2017

Prazo Global de Execução: 255 dias

Data de Conclusão

Contratual: 01.03.2018

Valor da Adjudicação: 7.949.898,11 €

No documento entregue (ver anexo I), o Empreiteiro vem requerer uma prorrogação do prazo da empreitada em 31 dias, alegando que se verificaram indefinições relativamente aos projetos diretamente ligados aos trabalhos de serralharia, nomeadamente os relativos às estruturas de intervenção n. 5.

3. ANÁLISE DO CONDICIONALISMO

Analisado o condicionalismo alegado pelo Empreiteiro, verificamos que os elementos citados, foram entregues a 26/09/2017 (Ver email em anexo II). Nesta data foi comunicada a confirmação para fabrico da geometria dos elementos das treliças principais, no entanto, embora não referido pelo Empreiteiro no seu pedido de prorrogação, o reposicionamento das treliças principais, pormenores de apoio e a definição da geometria das treliças secundária (Elementos também incluídos no âmbito da intervenção 5), apenas foram validados em 03/11/2017 (Ver email em anexo III).

Edição: 00	<p align="center">NOTA TÉCNICA</p> <p align="center">PRORROGAÇÃO DE PRAZO</p>	Folha: 3 / 6
Revisão: 01		Data: 27-03-2018
Ref:		Autor: EG/AA

Actividade	Duração	Plano inicial		Observações
		Início	Fim	
Intervenção 5	20 dias	24/07/2017	12/08/2017	
Estrutura metálica	20 dias	24/07/2017	12/08/2017	
Colocação de estruturas metálicas executadas em perfis metálicos	20 dias	24/07/2017	12/08/2017	
Colocação de estruturas metálicas executadas em madres enformadas a frio em aço S250GD de tipo e dimensões variáveis	20 dias	24/07/2017	12/08/2017	
Ligações	20 dias	24/07/2017	12/08/2017	

Perante este facto, utilizando o plano de trabalhos em vigor introduzimos a data de condicionalismo para o fabrico e montagem das estruturas metálicas da intervenção 5.

Esta definição, teve implicações no caminho critico do plano de trabalhos, refletindo-se na data de conclusão da empreitada, que, em resultado, passaria a ser 08/04/2018 (Ver plano de trabalhos em anexo IV).

4. MOBILIZAÇÃO

Na sua missiva o empreiteiro refere que a repercussão no plano de trabalhos, derivada da condicionante acima referida, seria de 2 meses.

Conforme acima demonstrado, esta afirmação é falsa, porquanto a Fiscalização não teve necessidade de proceder a qualquer alteração nas ligações ou nos rendimentos previstos no plano de trabalhos para atingir a data de 08/04/2018.

Porventura, ao atraso motivado pelo condicionalismo, deverá ser adicionado o atraso no desenvolvimento da empreitada, motivado pela fraca mobilização que a empreitada registou ao longo dos meses, mobilização da responsabilidade do empreiteiro, e que na conjugação, destas duas situações, poderá resultar o alegado atraso de 2 meses.

No quadro do anexo V deste documento, apresenta-se o quadro comparativo entre a mobilização de mão de obra prevista e a mobilização de mão de obra realmente verificada, desde o inicio da empreitada até ao mês de fevereiro de 2018.

Edição: 00	<p align="center">NOTA TÉCNICA</p> <p align="center">PRORROGAÇÃO DE PRAZO</p>	Folha: 4 / 6
Revisão: 01		Data: 27-03-2018
Refº:		Autor: EG/AA

Pela análise ao quadro supracitado pode-se verificar que, somente nos últimos 3 meses é que o empreiteiro reforçou as equipas e desenvolveu uma maior mobilização, verificando-se, no entanto, no compito geral, uma mobilização inferior em 15,21% do que a mobilização prevista.

Esta situação, em particular nos primeiros meses da empreitada, em que se chegou a um acumulado de 23,21% de défice de mobilização, tiveram impacto no normal desenvolvimento da empreitada, obrigando ao dito esforço, por parte do empreiteiro, para recuperar o prazo de execução.

Deste modo se justifica que qualquer esforço que o empreiteiro pretenda implicar para cumprimento do prazo de 31 de março de 2018, seja de consequência da condicionante assumida para o fabrico e montagem das estruturas metálicas da intervenção 5.

5. CUSTOS DE ESTALEIRO

No que concerne aos custos de estaleiro apresentados, remetemo-nos ao disposto nos pontos 4 e 5 do artigo 282º do Código dos Contratos Públicos, pelo que, pelo exposto no ponto anterior deste documento, não se encontrando comprovada toda a afetação apresentada, nos remetemos apenas aos preços contratuais do estaleiro, correspondentes aos artigos:

CÓDIGO FINAL	DESIGNAÇÃO	UN.	LISTA FINAL	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL para os 255 dias	TOTAL para os 31 dias de prorrogação
1.1	Trabalhos de montagem de estaleiro, desmontagem, e manutenção das instalações e equipamentos necessários à execução da empreitada, compreendendo condições de higiene e segurança no trabalho, instalações do empreiteiro e fiscalização, vedação e protecções necessárias, placa de obra e painéis indicativos da Empreitada, rede de infraestruturas e acessos provisórios, bem como todas as redes necessárias ao funcionamento de acordo com as Condições Técnicas e a Legislação em vigor.	vg	1,00	41 572,00 €	41 572,00 €	3 325,76 €
1.2	Desenvolvimento, implantação e manutenção do P.S.S. aos meios próprios do empreiteiro, bem como a implantação de um sistema de segurança, incluindo os meios humanos materiais e equipamentos, nos termos do DL n.º 273/03 de 29 de Outubro.	vg	1,00	1 247,16 €	1 247,16 €	151,62 €

Edição: 00	NOTA TÉCNICA PRORROGAÇÃO DE PRAZO	Folha: 5 / 6
Revisão: 01		Data: 27-03-2018
Refª:		Autor: EG/AA

1.3	Execução e Implementação do Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição (PPG RCD), incluindo todos os trabalhos e operações de gestão de resíduos resultantes de obras, demolições, construção, arranjos urbanísticos, tudo conforme definido no plano e legislação em vigor.	vg	1,00	1 662,88 €	1 662,88 €	202,15 €
1.7	Fornecimento e execução de todos os trabalhos de construção civil de apoio a todas as especialidades e arquitetura, incluindo todos os materiais e equipamentos necessários à sua correcta execução, assim como fecho/revestimento nos materiais originais, ou em caso de impossibilidade em materiais em tudo idêntico aos existentes em obra da área afetada, conforme indicação do caderno de encargos das especialidades e arquitetura e indicações da Fiscalização.	vg	1,00	4 157,20 €	4 157,20 €	505,39 €
1.8	Fornecimento e execução dos trabalhos e materiais necessários para o cumprimento das condicionantes da empreitada (faseamento da demolição do edifício do restaurante existente e respectivo acesso; manutenção e funcionamento durante a execução da obra dos espaços de aluguer identificados na planta de condicionantes), incluindo o fornecimento de materiais e mão de obra de modo a assegurar o perfeito funcionamento das instalações, no que se refere às infra-estruturas de electricidade, hidráulicas, de segurança, de comunicações, redes estruturadas, repondo provisoriamente as redes que sejam interrompidas pela execução da obra, sinalização dos caminhos de circulação, tudo de acordo com as frentes de trabalho. Tudo garantindo áreas independentes para utilização dos espaços acima referidos e para as intervenções do Adjudicatário.	vg	1,00	4 988,64 €	4 988,64 €	606,46 €
Valor total a repor por prorrogação de 31 dias (ponto 3 do Art. 282 do CCP)						4 791,38 €

Assim, a verba de reposição de estaleiro a considerar é de 4.791,38€.

6. ENQUADRAMENTO LEGAL E CONTRATUAL

A apresentação pelo Empreiteiro de pedido de prorrogação de prazo de execução da empreitada está consagrada na cláusula 12.ª do Caderno de Encargos da empreitada.

Edição: 00	NOTA TÉCNICA PRORROGAÇÃO DE PRAZO	Folha: 6 / 6
Revisão: 01		Data: 27-03-2018
Refº:		Autor: EG/AA

O Empreiteiro neste pedido, faz o seu enquadramento jurídico com base no Código dos Contratos Públicos, Caderno de Encargos e Código Civil.

7. CONCLUSÃO

Pelo exposto, dado existirem alguns factos não imputáveis ao Empreiteiro que condicionaram a preparação e execução de alguns dos trabalhos previstos, tendo estes factos introduzido entraves ao normal desenvolvimento das tarefas, propomos a aceitação da prorrogação do prazo de execução da empreitada solicitada de 30 dias de calendário, considerando apenas o impacto das alterações introduzidas ao projecto de execução e que tiveram repercussões no desenvolvimento dos trabalhos.

O Empreiteiro deverá apresentar um novo plano de trabalhos ajustado considerando a prorrogação que venha a ser concedida e das actividades ainda pendentes de execução previstas na empreitada. Adicionalmente deverão ser apresentados os respectivos mapas de mão-de-obra, equipamentos e pagamentos revistos.

Findo o prazo da prorrogação concedido e não existindo novas condicionantes, o Dono de Obra deverá considerar o accionamento dos mecanismos previstos no Caderno de Encargos relativos à multas por violação dos prazos contratuais, nomeadamente da cláusula 14.ª das Cláusulas Gerais.

Artur Antunes
Coordenador da Fiscalização da Obra



Empreitada de Reabilitação do Parque de Exposições de Braga

ANEXOS

ANEXO I

Município de Braga

A/C: Exmo. Sr. Presidente da Câmara

Praça Municipal

4704-514 BRAGA

Carta registada com A/R

Martim, 22 de Janeiro de 2017

N. Ref.: GT0013

Assunto: Pedido de Prorrogação do Prazo

Empreitada "Reabilitação do Parque de Exposições de Braga"

Balcão Único
Registo de entrada n.º <u>E/ 4130/2018</u>
Encaminhado para o serviço <u>212017</u>

06/02/2018

Alexandre Barbosa Borges, S.A., pessoa colectiva número 500 553 408, com sede no Lugar Martim D'Além, freguesia de Martim, concelho de Barcelos, vem expor e requerer o seguinte:

1. Por despacho do Exmo. Senhor Presidente da Câmara datada de 26 de Janeiro de 2017, ratificado por deliberação da Câmara Municipal de Braga de 6 de Fevereiro de 2017, foi adjudicado à aqui signatária o contrato de empreitada identificado em epígrafe.
2. Posteriormente, foi celebrado o respetivo contrato em 20 de Fevereiro de 2017.
3. A consignação ocorreu em 19 de Junho de 2017.
4. O prazo de execução era de 255 dias, ou seja, até ao próximo dia 1 de Março de 2018.
5. Sucede que ocorreram perturbações do normal desenvolvimento dos trabalhos, que não podem ser imputados à Empreiteira, como se passa a expor.
6. Desde logo, cumpre sublinhar que, no procedimento em causa, foi o Dono da Obra – Câmara Municipal de Braga - que apresentou o projecto de execução, ao qual vinculou os concorrentes em geral, e a aqui signatária em particular.
7. Sucede que, e como é do conhecimento de V. Exas., entre outras situações, verificaram-se indefinições relativamente aos projetos diretamente ligados aos trabalhos de serralharia, nomeadamente os relativos às estruturas da intervenção n.º 5.
8. De facto, a versão final do projeto sobre esta intervenção apenas foi decidida em dia 26 de Setembro de 2017, como, de resto, está devidamente sinalizado no plano de recuperação.

SEDE | ESCRITÓRIO

RUA DO LABRIOQUE, N.º 70
4755-107 MARTIM, BARCELLOS
T. +351 253 142 030
F. +351 253 142 031

WWW.ABBORGES.PT
GERAL@ABBORGES.PT

ALVARA DE CONST. N.º 10408



Concepção, desenvolvimento e produção de betão armado e betão betuminoso. Concepção, desenvolvimento e construção de obras públicas, construção civil e obras em comércio. Recuperação de resíduos de construção e demolição e produção de agregados reciclados.



Alexandre Barbosa Borges, S.A.

9. Em conformidade, o atraso decorrente desta situação, só por si, teria um impacto de 2 meses no planeamento inicial.
10. Porém, tal não sucedeu, porquanto a aqui signatária, ao elaborar o plano de pedido de prorrogação de prazo por um mês, acordado com o Dono de Obra, alterou algumas ligações, de modo a que o impacto do motivo do atraso não fosse tão significativo.
11. A título exemplificativo, refere-se:

i) As estruturas das intervenções 5, 6 e 9, estavam, no plano inicial, ligadas em sequência direta, e no plano de prorrogação, as estruturas das intervenções 6 e 9 ficaram ligadas a outras atividades, de modo a poderem ser executadas parcialmente, independentemente da intervenção 5.

ii) A estrutura metálica da intervenção 2, embora não tendo ligação direta no planeamento inicial, estava programada em sequência com as estruturas das intervenções 5, 6 e 9. Como tal, todo o atraso na execução dos trabalhos de serralharia tem consequências nos trabalhos da mesma especialidade, mesmo sendo noutras zonas da obra.

12. Em ambas as situações, os atrasos nos trabalhos de estrutura da especialidade de serralharia metálica tiveram, e têm, implicações nos respetivos revestimentos de cobertura em painel de *sandwich* e, conseqüentemente, em todos os trabalhos de construção civil subsequentes, o que poderá ser verificado nos já referidos planos de trabalho.

Enquadramento jurídico:

13. De acordo com o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 43.º do Código dos Contratos Públicos, o Caderno de Encargos deve ser integrado pelo projecto de execução.
14. Prevendo a alínea b) do n.º 4 do mesmo preceito legal que o mesmo deverá ser acompanhado por uma lista completa de todas as espécies de trabalhos necessárias à execução da obra a realizar e do respectivo mapa de quantidades.
15. Os Donos da Obra, previamente à abertura do concurso, devem elaborar os planos, projectos e desenhos definitivos e definir as condições sob as quais os trabalhos vão ser executados, devendo ainda definir as características exigidas aos trabalhos, materiais,

SEDE | ESCRITÓRIO

RUA DO LABRÃOQUE, N.º 70
4755-307 MARTIM, BARCELÓIS
T +351 253 142 000
F +351 253 142 001

WWW.ABBORGES.PT
CERAL@ABBORGES.PT

ALVARA DE EDNST N.º 10408



Concepção, desenvolvimento e produção de betão pronto e betão betuminoso. Concepção, desenvolvimento e construção de obras públicas, construção civil e obras em comércio. Recuperação de resíduos de construção e demolição e produção de agregados reciclados.

2

produtos e fornecimentos.

16. Esse dever não se cumpre simplesmente com o cumprimento formal das prescrições legais, pois a boa fé contratual impõe o dever de extremar a diligência, e não deve conformar-se só com o observar as formalidades de preparação do contrato estabelecidas na lei, deve também configurar unilateralmente as bases do contrato de uma maneira completa.
17. A preparação incompleta, errada ou ambígua por parte da entidade adjudicatária dos estudos, desenhos, peças desenhadas e Cadernos de Encargos, afectará necessariamente a normal execução do contrato pelas alterações que mais à frente se introduzirão no objecto da relação jurídica, alterando desse modo as legítimas expectativas do Empreiteiro quando fez a sua proposta.
18. Esta obrigação de boa fé, de "diligência", não só na execução do contrato, quer também na formação do mesmo, tem suporte legal no **Artigo 227.º, n.º 1, do Código Civil** e também no **Artigo 762.º, n.º 2, do mesmo Código**.
19. Tendo por base a informação contida no Caderno de Encargos, e da informação complementar fornecida pelo Dono da Obra na fase do concurso, o Empreiteiro definiu na sua proposta a quantidade de obra prevista e consequentemente os recursos necessários para atingir o objecto contratual.
20. O dever do Empreiteiro era elaborar a sua proposta partindo do projecto e da informação fornecida pelo Dono da Obra.
21. No entanto, um projecto como o patenteado no Concurso e a informação apresentada pelo Dono da Obra permitia aos proponentes prever os custos e quantidades de obra, na altura de fazer a sua proposta, assim como de todo o equipamento necessário para executar os trabalhos.
22. O volume da informação entregue aos concorrentes, correspondia a um projecto com desenhos muito avançados, até ao ponto de incluir quantidades de obra e outra série de elementos que permitiam ao proponente estabelecer, com alto grau de certeza, que a informação ali contida era exacta, pela forma como se apresentava tal informação no Caderno de Encargo.
23. O mesmo pode dizer-se dos esclarecimentos apresentados pelo Dono da Obra no momento prévio à adjudicação.
24. O Caderno de Encargos e os esclarecimentos fornecidos pelo Dono da Obra, e mais

especificamente os planos dos quais surgem as quantidades de obra, não estavam correctos pois, dos desenhos e detalhes dos trabalhos e da realidade da obra resultou que as quantidades de trabalho não foram as que estavam previstas no projecto.

25. Tais incorrecções induziram em erro o Empreiteiro na altura de realizar a proposta e de mobilizar o equipamento necessário para executar a obra, que veio a deparar-se pois com uma importante diferença das quantidades de trabalho.
26. O Empreiteiro atuou de maneira diligente na elaboração da proposta¹.
27. Partindo do princípio de que o proponente deveria basear a sua proposta na informação fornecida pelo próprio Dono da Obra, deverá estabelecer-se os efeitos que produziu a diferença entre o projecto de concurso e o projecto de execução.

Vejamos:

28. Em primeiro lugar, deve estabelecer-se que a elaboração da proposta pelo Empreiteiro baseou-se na informação fornecida pelo Dono da Obra.
29. Quando o proponente apresenta a proposta estabelece um preço e prazo que são calculados com base na seriedade do projecto.
30. Não é exigível ao Concorrente que faça uma investigação exhaustiva nem que realize um controlo do projecto.
31. Nesta ordem de ideias, é claro que a entidade contratante tem, de acordo com as normas legais vigentes, a obrigação de se assegurar da veracidade e correcção da informação contida no Concurso (quer no Caderno de Encargos quer nos esclarecimentos que apresente), pois esta informação será determinante para a elaboração da proposta.
32. Se a realidade não coincide com o projectado, e se por causa disso houve um erro do Empreiteiro acerca das condições para a execução da obra, não se pode responsabilizar

¹ "Exigir dos concorrentes que, por si próprios, revejam e rectifiquem o projecto e as suas medições (colhendo inclusive e inevitavelmente os dados de campo necessários, refazendo os cálculos, ponderando, até, a finalidade e a conveniência das soluções técnicas adoptadas, etc.) e analisem, completem, e onde necessário, corrijam o caderno de encargos, não se harmoniza nem com a sua posição natural na relação pré-contratual estabelecida, nem, na maioria dos casos, com as suas qualificações, nem, ainda, com a celeridade do prazo do concurso, nem, por último como os interesses da economia nacional, atento a o volume de despesas que determinaria a inútil multiplicação dos mesmos estudos (tantos quantos os concorrentes). O DONO da OBRA, a final, o que põe a concurso é a empreitada definida pelas peças patenteadas - isto é, trabalhos de natureza e volume nelas afirmado. Tais peças têm, pois, em princípio, de considerar-se parte integrante do "convite a contratar" por ele formulado. Parece, assim, lógico e sumamente equitativo que, verificando que os trabalhos a efectuar são na realidade de natureza ou de volume diversos dos previstos, o DONO da OBRA suporte o acréscimo de encargos daí derivado, pois é ele quem colhe o respectivo benefício". (nota explicativa do Projecto do Decreto-Lei n.º 48 871, 30.3).



Alexandre Barbosa Borges, S.A.

este pelos riscos da execução.

33. O Empreiteiro tem direito então a uma compensação equitativa se o seu trabalho passa a ser mais caro e mais moroso, por causas não previstas pelas partes.
34. De acordo com o ponto anterior, se depois a obra realmente executada não coincide na quantidade ou qualidade com a prevista no Concurso, e não coincide devido ao posterior desenvolvimento do projecto do concurso cumprindo ordens do próprio Dono da Obra, obviamente esta diferença terá efeitos num maior custo e prazo na execução da obra, custo e prazo esse que é da responsabilidade de quem o causou.
35. O concurso baseia-se em elementos definidores da obra a executar patenteados pelo dono dela. Justo é pois que este responda pela sua exactidão e que se não lancem directa ou indirectamente sobre o Empreiteiro os encargos derivados de indefinições por que não é responsável.
36. O projecto cumpre uma função descritiva da obra a ser feita, facilitando assim a determinação do objecto no momento da celebração do contrato e também indica ao Empreiteiro a forma de realizá-la, para deste modo poder executar a obra.
37. Qualquer alteração nesses termos significa uma alteração das bases sobre as quais o Empreiteiro decidiu contratar.
38. Claro está que o projecto não é norma jurídica, pois substancialmente é um conjunto de dados técnicos reflectidos em planos, cálculos, etc.
39. Nem sequer é uma cláusula contratual, pois esta é essencialmente uma manifestação de vontade.
40. Na realidade, o projecto é, um ponto de referência de um acordo de vontades das partes, pois querem que a obra se realize, de acordo com as indicações técnicas que nele aparecem. Mas, quando o projecto é integrado no contrato, converte-se em "norma" que estabelece para o Empreiteiro e para o Dono da Obra como deve ser executada a obra.
41. A proposta do futuro Empreiteiro deve basear-se, necessariamente, nos dados fornecidos pelo Dono da Obra, como de facto aconteceu.
42. Assim, no presente caso, o Caderno de Encargos, assim como as normas e informações técnicas fornecidas pelo Dono da Obra durante o processo de concurso, tinham uma *garantia implícita* sobre a qualidade e exactidão dos dados técnicos do mesmo, de modo que o Empreiteiro se baseasse, de boa fé, nos dados técnicos fornecidos para estruturar

SEDE | ESCRITÓRIO

RUA DO LABRIOQUE, Nº 73
4755-107 MARTIM, BAREILLOS
T + 351 253 147 000
F + 351 253 147 001

WWW.ABBORGES.PT
CEHAL@ABBORGES.PT

ALVARA DE CONST. Nº 10403



Concepção, desenvolvimento e produção de betão armado e betão
betuminoso. Concepção, desenvolvimento e construção de obras
públicas, construção civil e obras em consórcio. Reciclagem de resíduos
de construção e demolição e produção de agregados reciclados.



Alexandre Barbosa Borges, S.A.

a sua proposta económica, assumindo na prática que as bases técnicas do projecto se cumprissem, o que não aconteceu.

43. É inquestionável que perante a alteração das condições sob as que se efectuou o contrato, o Empreiteiro tem uma margem de manobra muito restrita, pois para evitar maiores prejuízos e inconvenientes, não tem outra alternativa senão acabar com a execução do contrato, ou continuar com os trabalhos na legítima expectativa de que a quebra económica e do prazo que a execução causasse, será reconhecida pelo Dono da Obra, dentro da correspondente indemnização dos prejuízos.
44. O Empreiteiro não pode prescindir dos recursos disponíveis para executar os trabalhos nas condições acordadas, porque se não o fizer corre o risco de ser penalizado.
45. Estas alterações necessárias à execução da obra não foram previstas pelo Empreiteiro na sua proposta, pois esta baseou-se na informação fornecida pelo Dono da Obra na fase de concurso para dimensionar os seus recursos, e consequentemente, devem ser assumidos por este, pois de outro modo, será afectado gravemente o princípio do equilíbrio económico – financeiro do contrato.
46. Trata-se de proteger as legítimas expectativas de lucro do Empreiteiro.
47. As suas estimativas foram feitas com base num certo volume de obra a executar e os cálculos assim efectuados levaram-no a concorrer nos moldes em que o fez.
48. Na presente situação, estamos perante a falta das definições e elementos técnicos que constituem deficiência técnica do Projecto patenteado a concurso pelo Dono da Obra.
49. O Dono da Obra responde pelas deficiências técnicas e erros de concepção dos Projectos e dos restantes elementos patenteados no Concurso por si apresentados, traduzindo-se, essa responsabilidade, em serem de conta do responsável as obras, alterações e reparações necessárias à adequada supressão das consequências da indefinição verificada, bem como a indemnização pelos prejuízos sofridos pela outra parte e o prazo para execução dos trabalhos.
50. Do exposto resulta que estamos perante condicionalismos com evidentes repercussões no ritmo que foi possível imprimir na execução dos trabalhos, na duração da empreitada e no cronograma financeiro contratual.
51. Assim, uma vez que as situações expostas tiveram por génese os factos que acima se descreveram, é manifesto haver um nexo de causalidade entre as vicissitudes ocorridas, o ritmo de execução dos trabalhos e a necessidade de protelar a duração da obra.

SEDE | ESCRITÓRIO

RUA DO LABRISQUE, N.º 70
4715-307 MARTIM, BARCELÓS
T +351 253 142 000
F +351 253 142 001

WWW.ABBORGES.PT
GERAL@ABBORGES.PT

ALVARA DE CONST. N.º 1D408



Concepção, desenvolvimento e produção de betão armado e betão
betuminoso. Concepção, desenvolvimento e construção de obras
públicas, construção civil e obras em comércio. Reciclagem de resíduos
de construção e demolição e produção de agregados reciclados



Alexandre Barbosa Borges, S.A.

52. Por conseguinte, é manifesto que a signatária não conseguiu implementar o planeamento contratual em resultado de um conjunto de circunstâncias, designadamente os condicionalismos acima discriminados e que obrigam à prorrogação do prazo da empreitada.
53. **Em conformidade, serve a presente para formalizar perante V. Exas. um pedido de prorrogação legal do prazo até ao dia 31 de Março de 2018**, remetendo, para o efeito, em anexo o novo Plano de Trabalhos – diagrama de gantt, Plano de Trabalhos – Caminho Crítico, Plano de Pagamentos, Cronograma Financeiro, Plano de Mão-de-Obra, Carga de Mão-de-Obra-Semanal, Plano de Equipamentos, Carga de Equipamentos-Semanal e Plano de MO e EQ (ANEXO I a ANEXO IX).
54. No que concretamente respeita aos prejuízos e custos associados, os valores constantes para a estrutura de apoio à obra (material e mão-de-obra) são constituídos por um valor que é possível verificar nos pontos 1.1, 1.2, 1.3, 1.7 e 1.8 do capítulo "Trabalhos Preparatórios", e por um valor diluído nos restantes preços unitários da empreitada.
55. Como tal, apresentamos um mapa com os respetivos custos de estaleiro referente a 1 mês de prorrogação legal do prazo – **ANEXO X** -, onde se pode observar o referido valor passível de ser verificado naqueles artigos e o valor real de custos de estaleiro da presente empreitada.

Convictos de que V. Exas. concordarão com o exposto, subscrevemo-nos com os melhores cumprimentos,

Junta: 10 documentos.

Alexandre Barbosa Borges, S.A.

A Administração
P.E.D.

A Administração

Paulo Teixeira

SEDE | ESCINTORIO

RUA DO LABRADOR, N.º 73
4755-107 MARTIM, BARCELOS
T. +351 251 142 000
F. +351 251 142 001

WWW.ABBORGES.PT
CER@ABBORGES.PT

ALVARA DE CONST. N.º 10408



Concepção, desenvolvimento e produção de betão pronto e betão betuminoso. Concepção, desenvolvimento e construção de obras públicas, construção civil e obras em comércio. Recção de resíduos de construção e demolição e produção de agregados reciclados.